

AS CABANAS DO CASTRO DE PENICES, E A EVOLUÇÃO DA ARQUITECTURA DOMÉSTICA DOS CASTROS

Francisco Queiroga¹

Ao Fernando Acuña, pela amizade e partilha de momentos de um tempo em que a Arqueologia ainda era um “sacerdócio”.
Donec eris felix multos numerabis amicos (Ovidio).

RESUMO:

Breve abordagem à evolução da arquitectura doméstica da área meridional da cultura castreja. Referência às tipologias construtivas em materiais perecíveis e o seu enquadramento cronológico. Apresentação de evidências de construções em materiais perecíveis detectadas no castro de Penices.

Palavras-chave: Cultura castreja; Arquitectura doméstica; Cabanas em materiais perecíveis.

ABSTRACT:

Brief approach to the evolution of the domestic architecture within the southern area of castro culture. Reference to the typologies of building with perishable materials and its chronological framework. Presentation of some evidence of huts built with perishable materials uncovered at the Penices Iron Age hillfort.

Keywords: Castro Culture; Domestic architecture; Huts.

INTRODUÇÃO

A cultura castreja do noroeste foi, muito justamente, caracterizada como uma “civilização da pedra” (Almeida 1984) em virtude da omnipresença da pedra em todas as estruturas que formam a sua unidade de povoamento: o castro. As muralhas e as habitações, os balneários e a estatuária, tudo o que dela temos como característico está plasmado na pedra. De resto, já Romero Masiá (1976) o tinha salientado, na sua compilação sobre a arquitectura castreja, enquanto que Christopher Hawkes (1984) manifestava a sua perplexidade sobre a origem de um tamanho volume de pedra empregue nas estruturas de um povoado, sugerindo a obrigatoriedade da sua extracção em pedreiras.

¹ Professor Associado, Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Os materiais de importação, mormente os de origem romana, mas também os púnicos e gregos, foram determinantes para a construção das diacronias arqueológicas dos castros anteriormente à generalização das datações pelo Carbono 14, prática que se foi afirmando lentamente a partir dos inícios da década de 1980. Foi, de facto, muito comum a excessiva prudência na proposta de datas para contextos sem materiais romanos ou de importação, que raramente se recuava a períodos anteriores à campanha de D.J. Bruto.

Vencida a perplexidade face à antiguidade de algumas datações, foi-se construindo um corpo substancial de datas (Fábregas - Carballo 1991; Queiroga 1992/2003) cumulativamente ampliado com datações de novas escavações, e começou então a ganhar adeptos a ideia da ampla diacronia de ocupação de muitos castros, já anteriormente sugerida (Calo - Sierra 1983), que em vários casos abarca a quase totalidade do primeiro milénio a.C. Face a estas evidências, colocadas pelas cronologias absolutas, foi necessário repensar a articulação entre os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro, pois as cronologias indicavam que seriam, afinal, os habitantes destes povoados fortificados os artífices do variado manancial de metalurgia em bronze (Coffyn 1983 e 1985) atribuída ao final desta fase tão emblemática. De resto, esta ideia foi sendo consubstanciada com apoio da evidência arqueológica, como a do caso excepcional do castro de Baiões (Silva *et al.* 1984; Silva 1986; Figueiredo *et al.* 2010), ao que se foram juntando dados pontuais, obtidos nas numerosas escavações arqueológicas em castros, e dispersos por vasta bibliografia, indicadores da generalização da auto-suficiência de cada castro face à produção metalúrgica do bronze (Queiroga 1993/2003, 67), quiçá acompanhada de melhoramentos (Rovira Lloréns 1993, 53) da tecnologia metalúrgica.

No contexto da ampla diacronia de ocupação de alguns povoados, encontramos registos das modificações culturais que neles se foram operando. A Arqueologia tem valorizado sobremaneira as produções cerâmicas, pela sua plasticidade e permeabilidade a expressões, individuais e colectivas, e portanto pelo seu potencial como elemento tipológico e cronológico. Contudo, a construção doméstica é também um importante indicador das individualidades culturais, pela sua relação simbólico/funcional, com as vivências quotidianas da unidade social primária, e pela sua íntima e permanente interacção com o ecossistema, desde o clima à economia produtiva, e à demografia. Por isso se constitui como um elemento de análise privilegiado, apesar deste potencial nem sempre ter eco no cuidado metodológico² que se vota à sua escavação, pois as estruturas em pedra são comparativamente fáceis de escavar, e a elas se circunscreveu a arqueologia castreja.

Ao longo das últimas décadas, e na esteira de um século de pesquisa profícua, intensificou-se o trabalho sobre a cultura castreja, e mormente o esforço de tipificação dos seus diversos aspectos através da elaboração de sínteses temáticas. Estes trabalhos, de abordagens diversificadas, representam tentativas sérias e empenhadas de entender a Idade do Ferro do Noroeste peninsular, e constituem o pilar sobre o qual assenta o conhecimento actual. Este esforço de sistematização de largas áreas e unidades geográficas teve o inconveniente, a nosso ver talvez o único, de obliterar uma realidade que só lentamente se foi descortinando: a da individualidade micro-regional que caracteriza a cultura material castreja, a qual se pode mesmo manifestar ao nível de cada unidade de povoamento. Com efeito, olhando atentamente para a cultura material castreja, vemos as grandes linhas tipológicas, que conferem um ar de família ao conjunto dos povoados de amplas regiões. Porém, quando mergulhamos no processo de escavação dos sítios, vamos constatando as soluções que, quer pelos recursos locais quer pela criatividade dos seus habitantes, conferem uma individualidade inquestionável a cada castro.

A presente nota tem como objectivo apresentar as evidências de cabanas em materiais perecíveis exumadas no castro de Penices, as quais tomamos como elementos de reflexão sobre este período cultural da vida dos castros, e também sobre as direcções metodológicas que será imprescindível

² Evocamos a veemência com que o salientava Jean-Pierre Pautreau, com quem partilhámos a direcção de duas campanhas de escavação no castro das Ermidas.

encetar para se enfrentarem os desafios colocados pela escavação deste modelo de arquitectura. Com base no acima enunciado, defendemos ainda que, nesta fase da investigação sobre o tema, importará circunscrever as tipificações à escala local e regional, em detrimento de generalizações pouco consubstanciadas. Desta forma, limitamo-nos à área meridional da cultura castreja (Almeida 1973, 1983a, 1983b), na qual se articulam sobejos traços caracterizadores de uma unidade cultural (Soeiro 1997) e, dentro desta, evocaremos a evidência recolhida no castro de Penices, comparando-a sempre que oportuno com a que foi surgindo em outros povoados coevos da faixa sul do Entre Douro e Minho.

A ARQUITECTURA DOMÉSTICA

A tipificação da arquitectura doméstica da área meridional da cultura castreja foi preocupação de alguns autores (Romero Masiá 1976; Almeida 1984), ainda que na abordagem generalista acima evocada, contribuindo para uma perspectivação espacial e cronológica desta importante parte do habitat, e dando corpo aos dados esparsos que ao tempo eram conhecidos. Naturalmente que a grande maioria dos contextos em análise se reportavam às fases contemporâneas da romanização, reconhecidamente as mais dinâmicas no volume das construções e no trabalho da pedra (Almeida 1984).

Neste período, no qual o processo de datações pelo radiocarbono não estava ainda generalizado e acessível, e tampouco o seu imperativo de calibração entendido pelos arqueólogos (Cabral - Soares 1984; Soares - Cabral 1984; Fábregas 1992, 18-9) constatamos a notável consistência e actualidade dos postulados avançados por Almeida (1984) sobre a evolução da arquitectura castreja, os quais foram sendo confirmados pelos dados que, ao longo de mais de uma década, recolhemos em quatro castros de Vila Nova de Famalicão.

Reconhece-se que os povoados castrejos são definidos por um perímetro de estruturas defensivas, e o seu interior está organizado em espaços públicos, estes mais difíceis de identificar nas fases antigas de ocupação, e em espaços privados, ou casas. Estas, enquanto dependências funcionais, e constituintes de uma unidade familiar, são compostas por várias construções. Nas fases anteriores à romanização a articulação destas dependências entre si é pouco evidente ao primeiro olhar (Queiroga 1993/2003, Fig. 19), mas uma análise mais atenta permite constatar a existência da casa composta desde as primeiras fases da construção em pedra. Com o processo de romanização clarifica-se esta organização, na tentativa de individualizar os espaços familiares, com a vulgarização de muretes separadores entre os núcleos domésticos, ou a regularidade ortogonalizante na qual estes espaços familiares se afirmam nas “citânias”, que cada vez mais vemos como urbes calaico-romanas (Silva 1995), cabendo, talvez apenas nestes exemplos, a designação de “bairros”, não às unidades familiares (Romero Masiá 1986) mas sim aos verdadeiros quarteirões visíveis em Sanfins, e também em Briteiros, onde neste último povoado alguns ficaram por “urbanizar”.

A relativa desenvoltura com que podemos escrutinar estas fases mais recentes de ocupação dos castros já não é possível nas fases mais antigas, da construção em materiais perecíveis, bem como os ritmos que presidiram ao câmbio de materiais construtivos da madeira/saibro para a pedra/saibro.

A muralha do castro de Penices constitui a sua primeira construção em pedra, em época que ainda não sabemos datar, desconhecendo-se qualquer evidência que suporte a hipótese de esta muralha ter substituído uma estrutura defensiva em madeira, do tipo paliçada, ideia que foi acalentada ao longo das escavações realizadas neste sítio. Sendo a primeira estrutura pétreia deste povoado, a muralha introduz a técnica construtiva da face dupla (Figura 1), constituindo-se como um exemplo particularmente ilustrativo das vicissitudes técnicas trazidas pelas primeiras utilizações do granito nas construções. Com efeito, por se situar em zona de contacto do granito com o xisto, aquele aflora com inclusões laminares quartzíticas a permeio, e portanto segmentado em níveis, o que facilita a sua desagregação em pequenos blocos. A muralha do castro de Penices foi construída com blocos irregulares e sem qualquer aparelho (Figura 2-3), assentes a seco ou com terra a permeio, e segundo

a então nova técnica da parede dupla³, com o largo espaço entre as faces exteriores cheio com terra e pedras. Ora, o travamento deficiente das faces da muralha, apartadas entre si em cerca de três metros, fragilizado pela pressão crescente do enchimento de terra e pedras, sobretudo quando saturado de água da chuva, motivou o arqueamento e o derrube da estrutura em vários pontos, que hoje podemos documentar pela irregularidade das suas faces. Tratando-se de uma instabilidade estrutural recorrente, entenderam os habitantes do castro melhorar a solidez da muralha através do seu alargamento, o qual só poderia ser feito no lado interior do recinto. Esta obra, que cremos ter sido executada entre os séculos VII e V a.C.⁴, com fundamento nas datações absolutas realizadas (Queiroga 2003, fig. 2.2) iria colidir com o espaço então ocupado por habitações em madeira, que estavam encostadas à muralha, talvez buscando a sua protecção contra os ventos. Para poupar esforços de demolição, os construtores desta ampliação da muralha incendiaram as cabanas situadas no seu caminho, e logo começaram a construir a nova face interior desta estrutura e a encher o seu interior com pedras e terra, soterrando os restos das cabanas ainda não totalmente consumidos pelo fogo. Nesta fase, continuaram ainda a ser construídas cabanas em madeira, até que se começa a aplicar às habitações a técnica de construção ensaiada na muralha. No entanto, antes de tal ocorrer, fez-se um outro muro igualmente em pedra, e seguindo a mesma técnica (Figura 1-4) o qual se destinava a criar uma plataforma regularizada onde se construíram cabanas (Figura 4.1), seguindo um padrão que se vulgarizará em épocas posteriores. Temos, portanto, que neste povoado o edificado de carácter público, e estruturante, como as muralhas e os muros de suporte de plataformas, são as primeiras peças construídas em granito.

A cronologia da adopção generalizada deste material nas construções domésticas é ainda algo obscura, por falta de elementos seguros, mas afigura-se-nos diagnóstico um pequeno fragmento de cerâmica grega, de verniz negro, encontrado no nível de ocupação de uma cabana, que poderá enquadrar-se no conjunto dos achados de cerâmica grega (Queiroga 2003, fig. 51), datáveis do século IV a.C., exumados nos castros do noroeste português. Desta forma, a “petrificação” da construção doméstica no castro de Penices poderá ter ocorrido ainda nos finais do século IV a.C., ou mais seguramente ao longo do século III a.C.

À semelhança do que foi constatado nas construções mais antigas do castro de Sto. Estêvão da Facha (Almeida *et al.* 1981), as construções habitacionais em pedra mais antigas dos castros de Vermoim e de Penices apresentam aparelhos irregulares, e nenhuma pedra apresenta vestígios de ter sido afeiçoada com pico, antes sendo partida pelas zonas de clivagem natural, indiciando que a génese da utilização do granito na arquitectura doméstica se desenvolve num ambiente parco em utensilagem de ferro, metal que é indispensável para trabalhar o granito com desenvoltura.

A primeira habitação em pedra conhecida no castro de Penices está representada por um alicerce circular muito destruído (Figura 1-7), pois sobre ele foi implantada uma outra construção (Figura 1-8), e as pedras que utiliza são de pequeno calibre, e sem vestígio de afeiçoamento a pico (Figura 3.1). A construção de um novo edifício no mesmo local, se bem que ignorando o preexistente, sugere que estaria estabelecida a organização do espaço, e do perfil funcional, do que designamos por casa, ou núcleo familiar castrejo.

AS CONSTRUÇÕES EM MATERIAIS PERECÍVEIS

A utilização de materiais orgânicos no quotidiano das culturas representadas no registo arqueológico é difícil de avaliar em virtude de estes se desvanecerem rapidamente no contexto da elevada acidez dos nossos solos, e do clima temperado e húmido que favorece sobremaneira as populações de bactérias e fungos. Apesar deste débito regional de informação, é sabido que os materiais perecíveis

³ Técnica cuja caracterização já abordámos (Queiroga 1998, 244, 247)

⁴ Revemos a cronologia anteriormente apresentada (Queiroga 2005, 159) que, por lapso, aponta o século II a.C.

constituíam a esmagadora maioria das matérias primas utilizadas na utensilagem e nas construções. A madeira ocuparia um lugar cimeiro devido ao largo ecletismo das suas aplicações (Noël - Bocquet 1987; Earwood 1993), da facilidade com que se trabalha, e da sua disponibilidade local. Além destas características, temos ainda que cada espécie arbórea e arbustiva possui qualidades próprias, como dureza, flexibilidade, resistência ou durabilidade, que não raramente as agregam a funcionalidades específicas dentro da utilização quotidiana.

As referências a vestígios de construções em madeira em castros do Noroeste aparecem, esparsas, desde as observações antigas, veiculadas por López Cuevillas (1947, 141-2) e Bouza Brey (Bouza - Cuevillas 1927, 9). Mais raros foram os conjuntos de vestígios que permitiram identificar construções em materiais perecíveis em castros, sendo que as evidências que sobrevivem no contexto arqueológico são normalmente muito ténues e inconspícuas.

A maioria dos exemplos conhecidos de cabanas em materiais perecíveis não deixam o seu registo ao nível da alterite rochosa, indícios aos quais estamos acostumados nas intervenções em sítios da pré-história recente, os designados “povoados de fossas”. As estruturas assentes em terra humosa exigem uma metodologia de escavação adequada à especificidade dos contextos, temperada pelo prévio conhecimento da sua existência, razão pela qual elas se têm mostrado tão elusivas. Estamos convictos que uma maior atenção para as pequenas evidências diagnósticas desta realidade durante o processo de escavação contribuirá grandemente para o aparecimento de novos dados em muitos dos castros onde as cabanas são, por agora, ausentes.

A título de exemplo, evocamos da primeira escavação realizada no castro de Vermoim, em 1982, durante a qual se detectaram lareiras dispersas, isto é, dissociadas de quaisquer construções pétreas, adjacentes às quais se dispersavam algumas manchas de saibro. Apesar de, tanto os contextos como as metodologias então utilizadas, não nos permitirem descodificar estes vestígios, à época insólitos, persistiu a dúvida, que idêntica experiência de colegas⁵ permitiu consubstanciar. Os dados acumulados nas décadas seguintes permitiram clarificar esta questão, abrindo caminho para a realidade tão fascinante quanto críptica das construções em materiais perecíveis nos níveis antigos de ocupação dos castros.

Na zona meridional da cultura castreja são conhecidos numerosos vestígios de cabanas, os quais têm merecido atenção por parte da investigação castreja (cf González Ruibal 2006, 92-7, 194-), mas integrados num quadro geográfico/cultural que nos aconselha a sua exclusão desta pequena abordagem.

Reportando-nos ao entorno do Vale do Ave, ao qual por agora nos circunscrevemos, evocamos os vestígios de cabanas detectados no castro da Bóca⁶, também no concelho de Vila Nova de Famalicão. Este pequeno povoado encontra-se num esporão pouco pronunciado que pende sobre o vale aluvionar do rio Pelhe, o qual é apenas um pequeno córrego. A escavação do castro permitiu detectar vestígios de um conjunto de cabanas em materiais perecíveis, com o nível de piso interior aparentemente rebaixado em relação ao exterior, e ténues vestígios dos postes que as compunham, só visíveis pelo anel de pedras que os cerceavam pelo lado exterior.

No castro de Vermoim, pouco distante deste último, escavámos em 1982 vestígios de lareiras circulares em argila (Figura 2.2), sem qualquer outra evidência associada. Com os dados hoje disponíveis, vemos nelas uma marcante analogia com os vestígios de cabanas do castro de Penices. Ainda em Vermoim, foi detectada a planta de uma cabana circular com cobertura em ramagens e argila (Figura 2.1), cujas dimensões pouco se afastam da construção posterior, em pedra, que lhe está adjacente. Este facto confere algum sentido à antiguidade da datação pelo C14 obtida para estes contextos (Queiroga 1992/2003, Fig. 2-2), apesar do carácter errático do conjunto das três datas obtidas.

⁵ Recordamos que, em informação verbal, Carlos Alberto Brochado de Almeida confidenciou então ter detectado idênticas ocorrências de "lareiras dispersas" nos castros por si escavados na área de Ponte de Lima.

⁶ O castro da Bóca foi escavado por Felisbela Oliveira, que nos transmitiu informações orais sobre os seus contextos antigos. A esta colega e amiga, com quem partilhámos as várias campanhas de escavação do castro de Penices, agradecemos a amabilidade da partilha destes dados, ainda inéditos.

A citânia de S. Julião, já afiliada geograficamente ao vizinho vale do rio Cávado, forneceu também um conjunto expressivo de testemunhos de cabanas circulares, em materiais perecíveis (Bettencourt 2000), numa sequência estratigráfica que documenta a sua continuidade ao longo de um período presumivelmente longo, cuja datação é confirmada por um conjunto substancial e coerente de datações por radiocarbono. Evocamos as suspeitas anteriormente manifestadas (Queiroga 1992/2003, Fig. 28-2) sobre a existência neste povoado de uma estrutura de suporte, e quiçá de defesa, em materiais perecíveis, do tipo paliçada, que poderá ser contemporânea das cabanas referidas acima. A ser verdade esta hipótese, teríamos neste sítio exemplo de uma sincronia na utilização dos materiais, que no castro de Penices já não se verifica.

Por se encontrar na mesma latitude, e na bordadura deste contexto geográfico com o interior montanhoso, evocamos também as evidências de cabanas exumadas no castro do Crastoeiro, em Mondim de Basto, onde surgem enquadradas com vestígios de silos escavados no saibro (Dinis 2001, 51-2), os quais constituem curiosa reminiscência tecnológica e cultural de fases anteriores da pré-história recente.

AS CABANAS DO CASTRO DE PENICES

A primeira abordagem ao castro de Penices, realizada em 1985, constou na limpeza e desenho de um corte estratigráfico (Queiroga 1987), resultante de exploração de pedra na zona da muralha, do lado nascente do sítio. Neste corte estratigráfico notou-se, desde logo, um denso nível de carvões, junto com alguns fragmentos de piso em argila, em diversos níveis, para o que não se aventou então hipótese coerente.

A partir desta primeira abordagem, encetou-se a escavação programada do sítio, na área contígua ao corte, projecto que decorreu de 1987 a 1992.

Para efeito de enquadramento, tipificaremos as fases de ocupação deste pequeno povoado, seguindo a ordem da escavação. Sabemos, pelos materiais recolhidos no fosso, que nele terão deambulado gentes no século XIII, e que também nos séculos IV e V aqui se terão refugiado populações, cuja presença se constata pelos numismas, cerâmicas e vestígios de habitações. Todavia, o abandono do povoado parece ter ocorrido na mudança do primeiro milénio podendo, eventualmente, ter tido alguma ocupação residual até Cláudio. Este povoado contribui para reafirmar a tese segundo a qual Augusto mandou construir cidades, as grandes urbes indígenas, como Briteiros, Eiras, Sanfins e Mozinho, para elas deslocando os habitantes (Estrabão III, 3, 5) dos pequenos *oppida*. Pouco antes do seu abandono, Penices assistiu a algumas inovações. A casa dotou-se de um vestíbulo, que não era um mero anexo mas dela fazia parte integrante, e os seus ocupantes desenvolveram o gosto pelos símbolos da cultura romana durante um curto período, adquirindo sigillatas itálicas, lucernas, e cerâmicas campanienses, mas nunca chegando a adoptar a telha como cobertura da casa. A família habitava um complexo com três construções circulares, entre as quais existia um amplo espaço de pátio. Pensamos que a maioria das casas em pedra possuíam as ombreiras e as padieiras em madeira. Contribui para esta convicção a ausência de marcas de padieira na estrutura das portas, escavadas com cuidado e atenção. No caso da construção que foi interpretada como celeiro, constatou-se durante o processo de escavação que todas as pedras correspondentes à parede da construção se encontravam derrubadas no local, e neste contexto não havia nenhum elemento de abertura em pedra.

A generosidade do espaço votado à unidade familiar sugere pouca pressão demográfica que, de resto, parece comum a todos os períodos de ocupação. Antes de dotarem a construção com uma lareira decorada, e com um vestíbulo, tinham pavimentado parte do pátio com lajes de granito, ligando a cozinha ao celeiro, e também adoptado a mó circular para moer os cereais, sendo abandonada a mó oblonga à reutilização nas construções, facto que parece estar ligado a um aumento da produção cerealífera. Quando foi construída esta casa redonda, com lareira no seu interior, foi sacrificada uma outra construção, igualmente circular e em pedra (Figura 3-1), mas de diâmetro um pouco maior, e de

parede mais larga. Esta construção circular, de que só ficou parte do alicerce, documenta o momento em que se começa a utilizar a pedra na construção das casas, e que, ainda que com reservas, situamos no século III a.C. A construção desta casa encerra, portanto, um longo ciclo no qual imperou a madeira, ramos e saibro, como elementos construtivos das habitações que, sem conotação depreciativa, designamos como cabanas.

Concluída a escavação dos níveis de ocupação da fase castreja mais recente, correspondente a um conjunto de três construções circulares em pedra, acima referidas, avançou-se na decapagem do nível inferior. De imediato, começou a notar-se, no espaço entre a muralha e a construção circular adjacente, uma densa concentração de troncos de árvores de diâmetro reduzido, dispostos paralelamente entre si, que passavam por debaixo da face interior da muralha. A primeira explicação que ocorreu foi a de se tratar de vestígios de uma paliçada anterior à muralha em pedra, facto que justificaria o desmonte de uma parte desta estrutura, para esclarecer esta questão de suma importância. Foi desmontado um pequeno tramo da face interior da muralha, e retirado o seu enchimento até ao nível dos troncos incarbonizados, e durante duas campanhas decorreu o lento e metódico processo de escavação do contexto de troncos incarbonizados, processo que beneficiou da presença e da orientação de Carlos Alberto Ferreira de Almeida, cujo espírito inquisitivo e finas observações do contexto arqueológico muito contribuíram para as interpretações e adequação das metodologias.

Com o decurso da escavação constatou-se que a maioria dos troncos pertencia a sobreiros jovens, que se uniam entre si por um entrelaçado de galhos de pequeno diâmetro, que os iam abraçando, em jeito de vencelhos. Entrecortando este conjunto, notava-se uma ampla dispersão de nódulos compactos de argila calcinada, cujo interior albergava uma densa teia de finos ramos incarbonizados. Após a remoção das primeiras camadas deste conjunto compacto, constatou-se que os troncos não estavam alinhados perpendicularmente à muralha, mas enviesavam em plano semi-circular, além de que se concentravam num espaço de escassos metros, facto que lançou dúvidas sobre a interpretação inicial. A escavação de outras áreas estratigraficamente coevas desta, situadas entre as construções circulares, ia revelando vestígios de lareiras estruturadas, o que começou a cimentar a percepção de estarmos perante um amplo conjunto de vestígios de cabanas construídas com materiais perecíveis.

Expostas as circunstâncias dos achados, passamos à tipificação das evidências.

A cabana soterrada pela muralha apresentava planta circular ligeiramente distorcida, com cerca de quatro metros de diâmetro, e o solo era pavimentado com uma camada irregular de argila, em virtude de esta habitação se posicionar em parte sobre um afloramento rochoso. Ao centro havia uma lareira, sem qualquer estrutura. A ausência de vestígios de poste indica que a cobertura da cabana seria auto-sustentada na cumieira, onde convergiam os postes laterais. Nos restantes exemplos completos de cabana não foi detectado qualquer apoio central, mas em alguns casos nota-se um poste solidamente cravado, no extremo da lareira oposto ao trasfogueiro. Este poste poderia ter servido, acessória ou exclusivamente, para suspender recipientes de cozinha sobre o lume. Recordamos a grande percentagem de formas de cozinha de dependurar, como tachos de asa interior (Dinis 1993/94, 184) que se observam nos estratos coevos das cabanas.

Os restantes vestígios de cabanas encontrados no castro de Penices são bastante mais modestos, mas constituem um corpo que é tipologicamente mais coerente, até pelo formato da sua planta, que é sistematicamente circular alongado, ou sub-elíptico, com dimensões que oscilam entre os três e quatro metros. A presença destas cabanas é muito discreta no registo arqueológico, pois na sua construção raramente se recorre aos calços em pedra na compactação dos postes, pelo que não ficaram no registo os tradicionais “buracos de poste” estruturados. De resto, o alinhamento destes é raramente perceptível no contexto das terras negras e húmusas que constituem o solo, tanto do interior como do exterior da cabana, e que séculos de actividade radicular da vegetação se encarregou de desagregar. Em seguida, temos a característica de este modelo de cabanas apenas possuir uma lareira estruturada, com formato ovalado alongado, cuidadosamente construída em argamassa de

saibro, bem alisada e sempre com um trasfogueiro feito de uma estreita laje de granito afeiçãoada no extremo superior, por vezes por polimento. Estas peças foram sendo encontradas, descontextualizadas, nos diversos contextos, pelo que se ajuíza um grande ritmo de reconstrução destas cabanas. O solo era, como se disse, em terra batida, não se diferenciando substancialmente do piso do exterior da cabana. A sua estrutura seria muito semelhante à da cabana que encontrámos incarbonizada, mas a evidência arqueológica aqui não é tão nítida. Da sua estrutura em madeira nada sobreviveu, nem dos troncos nem das ramagens. O saibro que calafetaria a cobertura tombou, e dispersou-se em manchas que as reconstruções posteriores entrecortaram, retirando-nos a visão espacial do conjunto. Nos casos felizes em que a cabana foi consumida pelo fogo, temos manchas de argila salpicadas com carvões de ramagens, como documenta a Figura 3.2.

Presumimos que estas construções seriam efémeras, residindo aqui, talvez, o seu maior inconveniente, e um dos incentivos para a adopção da construção em pedra. Com efeito, os postes de madeira enterrados neste solo ácido e húmido seriam permeáveis ao rápido apodrecimento, supondo-se que a sua duração seria inferior a uma dezena de anos. Apesar de colocarmos esta hipótese, não encontrámos sinais da incarbonização parcial dos postes como estratégia para aumentar a sua durabilidade no solo. É de supor que estes condicionalismos tenham motivado a introdução de uma técnica construtiva, que aqui se não verifica, que é a construção de um murete baixo, em pedra ou saibro sobre o qual assenta a estrutura em madeira.

Uma das inúmeras questões a esclarecer no futuro será a da tipologia e funcionalidade das cabanas. É sabido que o conjunto de construções em granito que formam a unidade doméstica nos castros desta região apresentam diferenças tipológicas que são consentâneas com as suas diferentes funções, das quais salientamos de momento duas: armazenar colheitas, e habitar/cozinhar. Perguntamo-nos se esta divisão funcional nascerá com a petrificação das estruturas, ou se vem já destas fases mais antigas. Recordamos que o espaço entre as construções pétreas do núcleo familiar escavado em Penices foi comparativamente pouco perturbado pelas construções mais tardias, o que permitiu conservar evidências ténues de alguns fundos de cabana em terra batida. A estrutura em madeira que constituía a parede das cabanas praticamente não deixou marcas na terra húmida. Contudo, logrou-se descortinar a imagem de uma das cabanas ter uma planta sub-elíptica em virtude da grande concentração de fragmentos de cerâmica e de alguns carvões no seu lado exterior, formando uma linha separadora. De resto, foi num destes contextos que se encontrou um fragmento de cerâmica grega, bem como algumas contas de colar em pasta vítrea, e ainda pesos de rede feitos com seixos rolados, e lâminas em sílex. A inexistência de materiais cerâmicos no seu interior aparta-a de outras que os contêm. Uma outra cabana, adjacente à referida, apresentava no seu entorno uma percentagem anormalmente elevada de cereais e leguminosas incarbonizadas. As sementes incarbonizadas eram visíveis a olho nu, tal a sua densidade, e, neste quadro sobressaía a grande quantidade de favas (*vicia faba*) incarbonizadas. Tendo em mente este conjunto de vestígios, colocamos a hipótese de, já nesta fase, existir a diferenciação funcional no seio das construções que formam o núcleo familiar castrejo, ao qual a petrificação do povoado apenas dará outra configuração e visibilidade.

A cronologia destas edificações em madeira tem sido suportada por dados de diversa ordem, começando a consubstanciar-se uma imagem regional coerente para o processo de transição desta tipologia construtiva na direcção da petrificação das estruturas.

Os vestígios de cabanas detectados no castro de S. Lourenço, em Esposende, parecem datar do século IV a.C. (Almeida - Cunha 1997), e surgem debaixo dos níveis onde se implantam as edificações em pedra. As datações disponíveis para o castro do Crastoeiro (Dinis 2001, 65) corroboram esta sugestão, apontando, mais especificamente, para o período entre meados do século IV e os inícios do III a.C. Em Penices, tanto as datações por radiocarbono como o posicionamento oportuno do fragmento de cerâmica grega, corroboram as cronologias destes dois sítios.

Em face dos dados disponíveis, parece aceitável a sugestão de estar ainda comparativamente generalizado o hábito de construir cabanas em madeira nos inícios/meados do século IV a.C. no interflúvio Cávado-Ave, podendo, contudo enquadrar-se entre este período e os inícios do século III a.C. as últimas manifestações desta prática, e a mudança dos padrões construtivos das habitações no sentido da utilização da pedra. Podemos ainda sugerir que o povoado configurava já a imagem que nos será familiar na época seguinte, defendido por uma potente muralha, com o seu espaço interno organizado em terraços aplanados, e com as unidades familiares distribuídas em espaços simbólico/funcionais de fruição individualizada. Um quadro que a petrificação das casas talvez pouco tenha vindo a alterar.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C.A.B.; CUNHA, R.M.C., (1997), *O Castro de S. Lourenço, Vila Chã - Esposende*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1973-74), Influências meridionais na cultura castreja, *Revista da Faculdade de Letras, Série História*, vol. 4/5 (= XIII, Congreso Nacional de Arqueología 1975, 491-8), pp. 197-207
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1983a), Cultura Castreja. Evolução e problemática, *Arqueología* 8, Porto, pp. 70-4
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1983b), O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação, in Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp.187-98
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, (1984), A casa castreja, *Memorias de Historia Antigua* 6, Oviedo, 35-42
- ALMEIDA, C.A.F.; SOEIRO, T.; ALMEIDA, C.A.B.; BAPTISTA, A.J., (1981), Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3 (sep.), Ponte de Lima.
- BETTENCOURT, Ana M.S., (2000): O Povoado de S. Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro, *Cadernos de Arqueología, Monografias* 10, Braga
- BOUZA BREY, F.; LOPEZ CUEVILLAS, F., (1927), Prehistoria Galega. O Neixón, *Boletín de la Real Academia Gallega* 16, pp. 1-11, 32-8, 56-61, 76-83, 103-8
- CABRAL, J.M.P.; SOARES, A.M., (1984), Datação pelo radiocarbono. II - Sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas, *Arqueología* 10, Porto, pp. 89-99
- CALO LOURIDO, F.; SIERRA RODRIGUEZ, X.C., (1983), As orixenes do castrejo no Bronze final, in Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, pp. 19-86
- COFFYN, A., (1983), La fin de l'âge du Bronze dans le centre - Portugal, *O Arqueólogo Português* 1 (4ª Série), pp. 169-96
- COFFYN, A., (1985), *Le Broze final atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Publ. Centre Pierre Paris 11
- DINIS, A.P., (1993/94), Artefactos em bronze do Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Abordagem aos métodos de análise em Paleometalurgia, Braga, *Cadernos de Arqueología* 10-11 (S2), pp. 181-201
- DINIS, A.P., (2001), *O Povoado da Idade do Ferro do Crastoeiro (Mondim de Basto, Norte de Portugal)*, *Cadernos de Arqueología (Monografias)* 13, Universidade do Minho
- EARWOOD, Caroline, (1993), *Domestic Wooden Artefacts in Britain and Ireland, from Neolithic to Viking Times*, Exeter, University of Exeter Press
- FÁBREGAS VALCARCE, R.; CARBALLO ARCEO, L.X., (1991), Dataciones de carbono 14 para castros del Noroeste Peninsular. *Archivo Español de Arqueología* 64, pp. 244-63
- FÁBREGAS VALCARCE, Ramón (1992) "Tercera revolución del Carbono"? Una perspectiva arqueológica del C14. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología* 58, pp. 9-24
- FIGUEIREDO, E; SILVA, R.J.C.; SENNA.MARTINEZ, J.C.; ARAÚJO, M.F.; FERNANDES, F.M.B.; VAZ, J.L.I., (2010), Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal), *Journal of Archaeological Science* 37, pp. 1623-34
- GONZÁLEZ RUIBAL, Alfredo, (2006), *Galaicos, Poder y comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C-50 d.C.)*, A Coruña, Brigantium 18.
- HAWKES, C.F.C., (1984), The castro culture of the peninsular North-West: fact and inference, in Blagg, T.F.C.; Jones, R.F.J.; Keay, S.J. (eds.), *Papers in Iberian Archaeology*, British Archaeological Reports (IS) 193 (1), Oxford, pp. 187-203
- LÓPEZ CUEVILLAS, F., (1947), Las cabanas de los castros, *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología y Prehistoria* 22 (1-4), pp. 141-6

- NOËL, M.; BOCQUET, A., (1987), *Les hommes et le bois. Histoire et technologie du bois de la préhistoire à nos jours*, Paris, Hachette
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (1987), Corte estratigráfico no castro de Penices, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* 7, pp. 3-22.
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (1998), Monte Mozinho: questões e opções na preservação do sítio, in Soeiro, T. (ed.), *Monte Mozinho. 25 anos de trabalhos arqueológicos*, Penafiel, Museu Municipal de Penafiel, Cadernos do Museu 2, pp. 243-66
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (2003), War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age, Oxford, BAR International Series 1198, Archaeopress, (= 1992, Oxford University, policopiado)
- QUEIROGA, Francisco M.V.R., (2005), Materiais e Técnicas Construtivas da Cultura Castreja no Entre-Douro-e-Minho, Penafiel, Câmara Municipal, *Cadernos do Museu* nº 11, pp. 155-66
- ROMERO MASIÁ, A., (1976), *El habitat castreño*, Santiago de Compostela
- ROVIRA LLORÉNS, Salvador, (1993), La Metalurgia de la Edad del Hierro en la Península Ibérica: Una Síntese Introductoria, In Arana Castillo, R.; Muñoz Amibilia, A. M^º; Ramallo Asensio, S.; Ros Sala, M^º (Eds.), *Metalurgia en la Península Ibérica durante el Primer Milenio a.c. Estado actual de la investigación*, Murcia, Universida de Murcia, pp. 45-70
- SILVA, A.C.F.; SILVA, C. T.; LOPES, A.B., (1984), Depósito de fundidor do final da idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu). *Lucerna* (s/n), pp. 73-95
- SILVA, A.C.F., (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira
- SILVA, A.C.F., (1995), Portuguese Castros: The Evolution of the Habitat and the Proto-Urbanization Process, in Cunliffe, B.; Keay, S. (Eds.), *Social complexity and development of towns in Iberia from the Copper Age to the second century AD*, Oxford, Oxford University Press, *Proceedings of the British Academy* 86, 263-89
- SOEIRO, Teresa, (1997), O esplendor do Sur da Callaecia, In Pereira Menaut, G. (ed.), *Galiccia Fai Dous Mil Anos. O Feito Diferencial Galego na Historia*, Museo do Pobo Galego, Santiago de Compostela, pp. 213-36

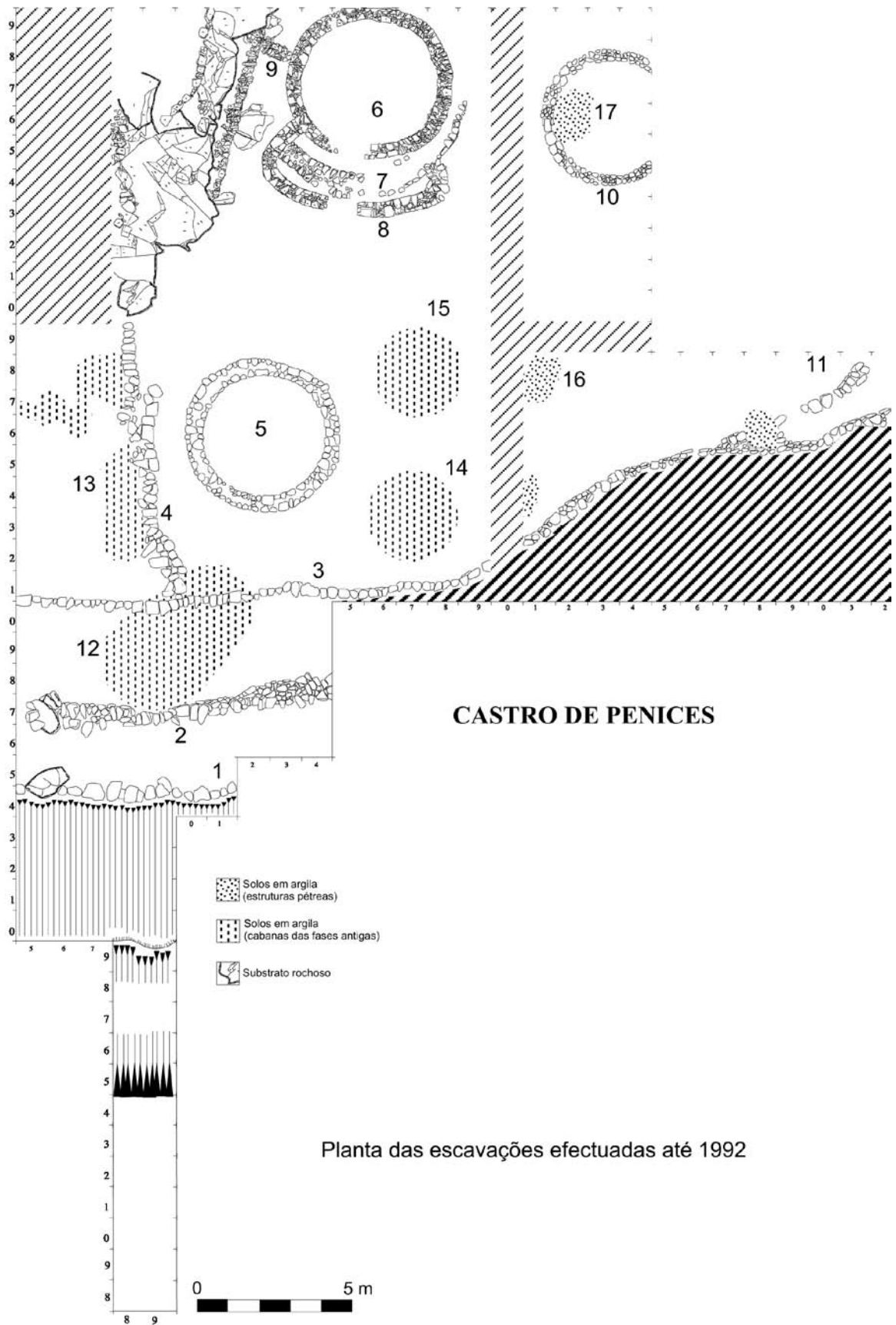


Fig. 1 – Planta da área escavada no castro de Penices, com representação das estruturas mais significativas.



Fig. 2.1 – Vestígio de uma cabana circular, escavada no castro de Vermoim, em V.N. Famalicão.



Fig. 2.2 – Castro de Vermoim. Lareira em argila, sem qualquer outro contexto visível associado.



Fig. 2.3 – Pormenor do aparelho da muralha do castro de Penices, notando-se a ausência de aparelhamento e irregularidade das pedras, bem como o travamento deficiente do aparelho.

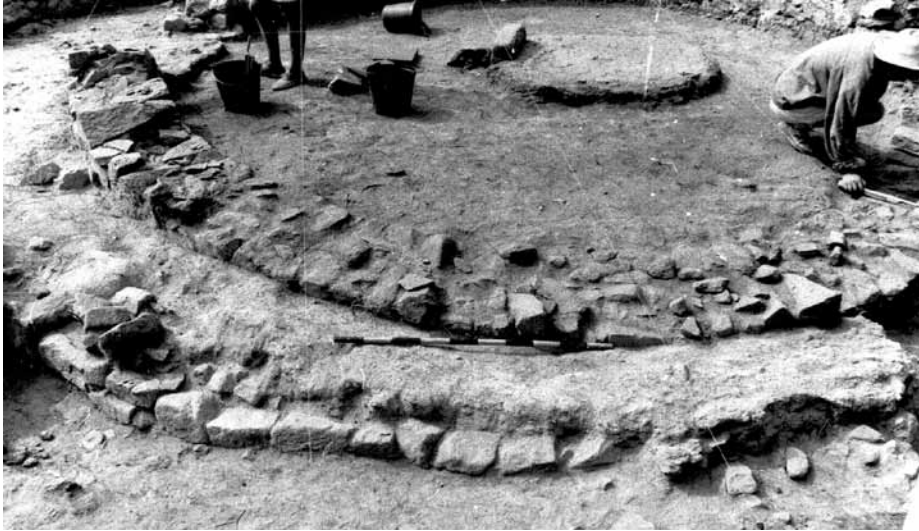


Fig. 3.1 – Vestígios do alicerce da construção doméstica mais antiga do castro de Penices.



Fig. 3.2 – Vestígios da cobertura de uma cabana, com argila e ramos, entretanto incarbonizados



Fig. 3.3 – Vestígios de cabana. Pormenor de um conjunto de ramos incarbonizados, entrecruzados em malha.



Fig. 4.1 – Restos de lareiras e fundos de cabana com vestígios de poste, situados numa plataforma (Figura 1-13) suportada por muro em pedra.



Fig. 4.2 – Vestígios de uma cabana (Figura 1-15) com ampla dispersão da cobertura em saibro, e restos da lareira, ao centro. O bordo rectilíneo, no lado superior, corresponde ao trasfogueiro em pedra, que já não tinha aquando da escavação.



Fig. 4.3 – Vestígios de coberturas de cabanas assentes sobre o afloramento rochoso, em contexto que forneceu quantidades elevadas de cereais e de fava.